

Desigualdade e Pobreza nos Domicílios Rurais e Urbanos no Brasil, 1981-2005

RESUMO

Tem como objetivo analisar a evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil, ressaltando as diferenças entre os domicílios rurais e urbanos, no período 1981-2005. São apresentadas algumas medidas de desigualdade e de pobreza, considerando tanto o rendimento familiar quanto o rendimento familiar per capita. Os resultados do trabalho confirmam uma redução da desigualdade e da pobreza em período recente, a partir de 2001, nos domicílios rurais e urbanos. No entanto, algumas medidas sugerem que tal mudança foi menos intensa nos domicílios urbanos. Conseqüentemente, o diferencial das medidas de desigualdade entre os domicílios urbanos e rurais amplia-se e o das medidas de pobreza reduz-se, uma vez que, historicamente, as medidas de desigualdade são menores no meio rural, e as medidas de pobreza são maiores.

PALAVRAS-CHAVE:

Desigualdade de Renda. Pobreza. Brasil.

Marina Silva da Cunha

- Doutora em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP);
- Professora Associada do Departamento de Economia e do Programa de Mestrado da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

1 – INTRODUÇÃO

No Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, a análise da desigualdade mostra uma ‘estabilidade inaceitável’ e a da pobreza, uma redução na segunda metade da última década, segundo Barros; Henriques e Mendonça (2000). Entretanto, as informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam redução tanto na desigualdade quanto na pobreza no Brasil em período recente. Por sua vez, para Barros et al. (2006) e Hoffmann (2007a), a desigualdade vem caindo consideravelmente desde 2001. Conforme Soares (2006), a maioria das medidas de desigualdade elege o ano de 2004 como o menos desigual no período 1976-2004. Segundo Rocha (2006), com relação à pobreza, apesar das oscilações no período 1996-2004, os resultados de 2004 são similares aos observados em 1995 e, no caso da indigência ou da extrema pobreza, são os melhores já obtidos pelo País.

A América Latina e o Caribe, conforme Ferreira; Perry e Watson (2003), foram as regiões do mundo que apresentaram os maiores índices de desigualdade para o período com informações disponíveis.¹ No entanto, os autores destacam que, embora tenham um alto nível de desigualdade e esta venha aumentando nas últimas três décadas, nos anos 1990, este ritmo desacelerou-se e pôde-se observar uma convergência entre os países, em que aqueles com índices mais elevados apresentaram uma redução (Brasil) e aqueles com níveis mais baixos, um aumento (Argentina, Uruguai e Venezuela). Com relação à pobreza na região, para o ano de 2002, segundo a Cepal (2005), 44% da população estavam em situação de pobreza e 19,4%, de extrema pobreza. No entanto, esse relatório previa uma redução dela nos três anos seguintes, em decorrência do desempenho econômico observado nos países. Por outro lado, não existe um consenso sobre o que está ocorrendo com a pobreza e a desigualdade

¹ Por exemplo, segundo os autores, nos anos 1990, o índice de Gini médio para a América Latina e Caribe era igual a 0,522, enquanto para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Leste Europeu e a Ásia eram, respectivamente, iguais a 0,342, 0,328 e 0,412.

no mundo.² Para Ravallion (2003), isto ocorre especialmente devido aos diferentes métodos, dados e conceitos utilizados.

Nesse contexto, este trabalho busca contribuir para a análise do tema, discutindo a evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil, no período 1981-2005, ressaltando as diferenças entre os domicílios rurais e urbanos. Além disso, existe também uma preocupação com a análise dos conceitos e métodos empregados, uma vez que as medidas de desigualdade e pobreza são analisadas considerando tanto o rendimento familiar quanto o rendimento familiar *per capita* e busca-se verificar o impacto nas medidas de pobreza de mudanças na linha de pobreza.

Para Ravallion (2003), na China, onde existe uma grande diversidade geográfica, como a brasileira, o impacto na pobreza e na desigualdade das reformas econômicas e políticas não é o mesmo para os domicílios rurais e urbanos. Segundo o autor, os domicílios rurais, mais dependentes da produção de grãos, experimentaram perdas de bem-estar. Na América Latina e no Caribe, entre 1980 e 2002, a pobreza e a extrema pobreza apresentaram crescimento, especialmente nos domicílios urbanos, relacionado à migração rural-urbana. Além disso, é verificado um nível maior nessas medidas nos domicílios rurais. (CEPAL, 2005). No Brasil, Rocha (2006), utilizando informações das PNADs, concluiu que a pobreza e a indigência constituem-se crescentemente em um problema urbano e metropolitano. Helfand (2005), analisando as informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, encontrou evidências de uma redução da pobreza e da extrema pobreza nos domicílios rurais e urbanos, atribuída ao crescimento da renda e à migração rural-urbana, mas observou um aumento da desigualdade.

² Com relação à pobreza, para alguns, a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza nos países em desenvolvimento teve uma importante redução nos anos 1990 (BHALLA, 2002; SALA-I-MARTIN, 2006); outros sugerem melhorias não tão expressivas (CHEN; RAVALLION, 2001); e ainda há aqueles que indicam um aumento da pobreza. (MANDER; BAKER; KORTEN, 2001). Existem divergências também com relação à desigualdade, pois alguns argumentam que esta vem caindo no mundo (DOLLAR; KRAAY, 2002) e outros afirmam que ela vem aumentando. (BHALLA, 2002; SALA-I-MARTIN, 2006).

Para Ferreira; Perry e Watson (2003), existem algumas razões para nos preocuparmos com o alto grau de desigualdade, como a brasileira, uma vez que é considerada injusta por razões econômicas, filosóficas e éticas, e evidências têm sugerido que uma grande desigualdade dificulta a redução da pobreza e o crescimento econômico, além de estar associada à existência de conflitos e violência. Estudos dessa natureza são também importantes tanto para a elaboração de políticas públicas mais focalizadas quanto para a verificação de sua eficiência.

Com isto, este trabalho está subdividido em cinco partes, além dessa introdução. A próxima seção é dedicada à metodologia utilizada no trabalho. Posteriormente, são apresentadas e discutidas algumas medidas de desigualdade e de pobreza para o Brasil e os domicílios rurais e urbanos para o rendimento familiar e, no tópico seguinte, para o rendimento familiar *per capita*. No quinto tópico, analisam-se alguns determinantes da desigualdade e de pobreza geográficos – as grandes regiões e as regiões metropolitanas e não-metropolitanas –, e pessoais dos chefes das famílias: o nível de escolaridade e o gênero. Por fim, nas considerações finais, são sistematizados os principais resultados do trabalho.

2 – METODOLOGIA

São utilizadas as informações das PNADs do IBGE. A unidade de análise é o rendimento familiar, sendo que incluímos famílias com rendimento nulo.

Para permitir uma comparação dos resultados ao longo de todo o período, para 1992-2005, incluiu-se na região Centro-Oeste o Estado do Tocantins, que foi desmembrado do antigo Estado de Goiás e é atualmente classificado geograficamente na região Norte. Além disso, buscando também uniformizar as informações, foi excluída da análise a área rural da região Norte em 2004 e 2005, uma vez que, nos anos anteriores, esta área não foi pesquisada nas PNADs.

Conforme salientado, neste trabalho, analisam-se alguns determinantes de desigualdade e de pobreza: as grandes regiões, as regiões metropolitanas e não-metropolitanas e os níveis de escolaridade e o gênero do chefe da família. Assim, excluem-se as famílias de

cujos chefes não há informação sobre escolaridade.

Todas as estimativas foram realizadas utilizando-se os fatores de expansão presentes nas PNADs, sendo que, para os anos de 1992-96, foram utilizados os fatores corrigidos e disponibilizados no ano de 1997, para o ano de 1999, os novos fatores apresentados em 2001 e, para os anos de 2001-03, os respectivos fatores contidos em 2004.

Com isso, a base de dados utilizada, após aplicadas as restrições, está apresentada na Tabela 1. O número de famílias estimado aumentou em mais de 100%, de 27.587.967, em 1981, para 55.337.452, em 2005, enquanto nos domicílios rurais o número de famílias reduziu-se de 25,9% para 14,1% desse total e, conseqüentemente, nos domicílios urbanos, ocorreu uma expansão de 74,1% para 85,9%. Observa-se também que a proporção de famílias com rendimento nulo aumentou nos domicílios rurais e urbanos.

Para mensurar a desigualdade, são utilizados os índices de Gini e T de Theil, a renda média e alguns percentis da distribuição de rendimento. A pobreza é caracterizada pela proporção de pobres (H), pela insuficiência de renda (I) e pelo índice de Foster, Greer e Thorbecke (FGT). A proporção de pobres (H) é a proporção de famílias com renda igual ou abaixo da linha de pobreza. A razão de insuficiência de renda (I) corresponde à soma da diferença entre o valor da linha de pobreza e o rendimento de cada família, abaixo ou na linha de pobreza, dividida pelo valor máximo dessa diferença (número de famílias pobres multiplicado pelo valor da linha de pobreza). Para Neder e Silva (2003), esse indicador representa o ‘déficit de pobreza’, ou seja, o quanto de renda seria necessário para elevar as famílias pobres à linha de pobreza. O índice FGT leva em consideração a extensão, a intensidade e a desigualdade de rendimento entre os pobres, variando de 0 a 1.³

A análise da pobreza inicia-se com a definição da linha de pobreza, que tem um caráter relativamente arbitrário. Um dos métodos menos arbitrários é a utilização de uma cesta básica de alimentos para uma família de renda baixa, em que são incluídas despesas

³ Para maiores detalhes sobre as medidas de desigualdade e pobreza, ver Hoffmann (1998).

Tabela 1 – Evolução do Número de Famílias na População^a e na Amostra e da Proporção de Famílias na População com Rendimento Nulo (S), Após a Aplicação Cumulativa das Restrições, 1981-2005

Ano	Brasil			Rural			Urbano		
	População		Amostra	População		Amostra	População		Amostra
	No.	S		No.	S		No.	S	
1981	27.587.967	1,9	109.792	7.135.428	1,2	22.530	20.452.539	2,1	87.262
1982	28.837.454	1,8	117.603	7.444.027	1,6	24.495	21.393.427	1,9	93.108
1983	29.720.263	2,2	120.064	7.431.021	1,8	24.277	22.289.242	2,3	95.787
1984	30.961.479	1,9	123.189	7.611.642	1,6	25.112	23.349.837	2,0	98.077
1985	32.258.830	1,5	126.001	7.855.839	1,3	25.695	24.402.991	0,4	100.306
1986	32.827.546	1,5	69.119	6.496.625	0,3	17.881	26.330.921	1,4	51.238
1987	34.037.467	1,8	72.777	8.136.731	1,7	15.152	25.900.736	1,8	57.625
1988	34.994.523	1,8	72.739	8.297.208	1,6	15.115	26.697.315	1,8	57.624
1989	36.306.691	1,9	74.919	8.362.724	1,7	15.150	27.943.967	2,0	59.769
1990	36.088.691	2,3	77.546	8.562.913	2,3	15.887	27.525.778	2,2	61.659
1992	37.621.709	3,0	82.271	7.252.978	3,4	14.211	30.368.731	2,9	68.060
1993	38.524.000	2,9	83.909	7.339.583	3,0	14.185	31.184.417	2,9	69.724
1995	41.074.580	3,2	90.163	7.744.821	3,6	15.160	33.329.759	3,1	75.003
1996	41.622.678	3,7	89.055	7.677.596	4,5	14.796	33.945.082	3,6	74.259
1997	31.224.020	3,8	68.889	5.591.056	3,9	11.139	25.632.964	3,7	57.750
1998	44.024.927	3,5	95.878	8.154.506	3,6	16.053	35.870.421	3,5	79.825
1999	46.217.569	3,5	99.302	8.447.064	3,4	16.455	37.770.505	3,5	82.847
2001	49.548.807	3,9	109.762	7.234.986	3,7	14.487	42.313.821	3,9	95.275
2002	50.855.880	3,3	112.610	7.253.147	3,0	14.574	43.602.733	3,3	98.036
2003	52.418.577	3,4	114.152	7.456.519	3,0	14.953	44.962.058	3,5	99.199
2004	53.718.816	2,9	116.979	7.545.073	3,1	15.101	46.173.743	2,9	101.878
2005	55.337.452	2,8	121.372	7.826.403	2,9	15.817	47.511.049	2,8	105.555

Fonte: Elaborado com Base nas PNADs.

^a A estimativa da população é obtida utilizando-se os fatores de expansão disponibilizados pelo IBGE.

necessárias para educação, saúde, moradia, transporte etc. Como este trabalho abrange diversas regiões e um período relativamente amplo, esse método é de difícil aplicação. Com isso, seguindo alguns trabalhos (HOFFMANN, 2000; HELFAND, 2005), utilizamos o salário mínimo para definir a linha de pobreza. Adotam-se um e dois salários mínimos de agosto de 1980 como linhas de pobreza, quando a unidade de análise é o rendimento familiar. Pode-se dizer que um salário mínimo corrente corresponde a uma medida de 'extrema pobreza', e dois salários mínimos correntes, a uma medida de 'pobreza'.⁴ Além disso, utiliza-se como

deflator, neste trabalho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, com base no mês de setembro de 2005. Assim, o salário mínimo real de agosto de 1980 é igual a R\$ 303,65.⁵

Discute-se ainda, no tópico seguinte, o impacto da mudança do ano de referência do salário mínimo para as medidas de pobreza, de agosto de 1980 para agosto de 2000, ano do último Censo Demográfico. O salário

como LP (linha de pobreza) no Brasil, existe consenso de que, havendo disponibilidade de informações sobre estrutura de consumo das famílias, esta é a fonte mais adequada para o estabelecimento de LPs".

⁵ O salário mínimo corrente e o INPC foram obtidos no Hoffmann (2000), para os anos 1980-1998; e para os demais, no site Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

⁴ Conforme Rocha (2000, p. 1), vale ressaltar que, mesmo tendo "[...] sido relativamente comum a utilização de múltiplos de salário mínimo

mínimo real de agosto de 2000 era igual a R\$ 232,15, que correspondia a 1,31 do vigente em agosto de 1980. Além de analisar o rendimento familiar, posteriormente, considera-se também o rendimento familiar *per capita*. Com isso, as linhas de pobreza e extrema pobreza serão, respectivamente, meio salário mínimo corrente e um quarto do salário mínimo corrente.

3 – A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL PARA O RENDIMENTO FAMILIAR

As medidas de desigualdade para o rendimento familiar reduzem-se nos últimos anos, no Brasil e nos domicílios rurais e urbanos, conforme a Tabela 2, ou seja, com poucas interrupções, esses índices sugerem uma queda da desigualdade, a partir da implementação do Plano Real e da estabilização econômica, mais especialmente no final dessa década e, de forma ainda

mais acentuada, no início da seguinte, a partir de 2001. Apesar de algumas oscilações no período, o ano de 2005 confirma esta tendência negativa na desigualdade brasileira. Os índices de Gini e Theil atingem seu maior nível em 1989 no Brasil e nos domicílios urbanos; já nos rurais, foi em 1986, ano do Plano Cruzado. Após uma queda nos anos de 1990 e 1992, estes índices voltam a subir, com o maior patamar dessa década em 1993, com exceção do índice de Gini para o Brasil e os domicílios urbanos, que foi em 1997.

No entanto, a análise dos anos extremos da série analisada evidencia uma redução da desigualdade apenas para o Brasil e os domicílios rurais, mas não para os urbanos, onde os índices de Gini e *T* de Theil apresentam, em 2005, valor acima ao obtido em 1981. Fato que pode ser considerado um reflexo da expansão desordenada das cidades, associada ao processo migratório do campo para as cidades, da escassez de infra-estrutura básica e da insuficiente demanda por trabalho.

Tabela 2 – Distribuição das Famílias, de acordo com o Rendimento Familiar, no Brasil, de 1981 a 2005. Índices de Gini (G) e T de Theil (T) e Porcentagens do Rendimento Total Familiar Apropriado pelos 50% Mais Pobres (50-), pelos 10% Mais Ricos (10+) e pelos 5% Mais Ricos (5+)

Ano	Brasil					Rural					Urbano				
	G	T	50-	10+	5+	G	T	50-	10+	5+	G	T	50-	10+	5+
1981	0,562	0,600	13,8	43,2	29,5	0,497	0,512	18,1	38,9	26,9	0,541	0,545	15,0	41,0	27,6
1982	0,567	0,617	13,6	43,6	29,9	0,487	0,461	18,5	37,7	25,5	0,544	0,560	14,9	41,5	28,0
1983	0,572	0,631	13,3	44,0	30,2	0,504	0,535	17,9	39,8	27,9	0,553	0,580	14,2	42,0	28,4
1984	0,566	0,607	13,6	43,7	29,9	0,503	0,510	17,9	39,8	27,8	0,551	0,565	14,4	42,0	28,3
1985	0,577	0,646	13,1	44,7	30,9	0,524	0,581	16,8	41,6	29,4	0,559	0,596	14,0	42,9	29,2
1986	0,573	0,657	13,1	44,5	31,0	0,587	0,696	13,4	47,6	34,0	0,563	0,633	14,0	43,5	30,2
1987	0,585	0,666	12,5	45,0	31,2	0,533	0,587	15,9	41,3	28,9	0,564	0,611	13,7	43,0	29,4
1988	0,600	0,707	11,9	46,9	32,8	0,538	0,584	15,7	41,8	29,3	0,582	0,655	12,8	45,0	31,1
1989	0,621	0,815	11,0	49,2	35,1	0,563	0,652	14,3	44,4	31,4	0,606	0,770	11,7	47,5	33,7
1990	0,599	0,706	11,8	46,4	32,4	0,538	0,575	15,5	41,7	28,9	0,580	0,655	12,8	44,7	30,8
1992	0,568	0,641	13,7	43,8	30,4	0,522	0,559	16,6	40,0	28,0	0,554	0,606	14,4	42,5	29,3
1993	0,589	0,713	12,9	46,6	33,2	0,559	0,675	15,0	44,8	32,9	0,577	0,679	13,5	45,4	32,1
1995	0,588	0,676	12,7	45,9	31,9	0,524	0,580	17,0	41,7	30,0	0,574	0,636	13,4	44,4	30,6
1996	0,590	0,679	12,3	45,6	31,7	0,538	0,600	16,1	42,5	30,4	0,575	0,639	13,1	44,1	30,4
1997	0,596	0,697	12,1	46,2	32,2	0,533	0,603	16,4	42,5	30,5	0,581	0,655	12,8	44,7	30,8
1998	0,588	0,681	12,7	45,9	32,2	0,526	0,594	17,1	42,4	31,0	0,574	0,643	13,4	44,5	30,9
1999	0,582	0,660	13,0	45,4	31,6	0,525	0,602	17,0	42,2	30,7	0,571	0,625	13,5	44,1	30,3
2001	0,581	0,671	13,2	45,6	32,0	0,506	0,542	17,7	39,5	28,2	0,573	0,647	13,5	44,6	31,1
2002	0,575	0,658	13,6	45,3	31,8	0,482	0,470	18,8	37,1	26,0	0,569	0,639	13,9	44,6	31,0
2003	0,559	0,637	14,9	44,7	31,9	0,453	0,396	19,9	32,6	21,9	0,559	0,631	15,0	44,5	31,4
2004	0,556	0,612	14,6	43,6	30,3	0,485	0,483	18,7	37,6	26,3	0,552	0,597	14,8	42,9	29,7
2005	0,553	0,605	16,2	39,3	25,9	0,475	0,461	19,2	36,3	25,0	0,548	0,590	15,2	44,4	31,7

Fonte: Dados Básicos das PNADs divulgados pelo IBGE.

O valor do índice de Gini em 2005 foi igual a 0,553, 0,475 e 0,548, no Brasil e nos domicílios rurais e urbanos, respectivamente, o que ainda representa um nível alto de desigualdade. Conforme o PNUD (2005), o índice de Gini da Noruega, país com o menor Índice de Desenvolvimento Humano, foi igual a 25,8, no ano de 2000. A China e a Índia, países que têm apresentado taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) expressivas atualmente, aparecem com índices de Gini iguais a 44,7 (em 2001) e 32,5 (em 1999), respectivamente. Na América Latina, destacam-se os índices da Colômbia (57,6 em 1999), do Chile (57,1 em 2000), do México (54,6 em 2000), da Argentina (52,2 em 2001), da Venezuela (49,1 em 1998), da Bolívia (44,7 em 1999) e do Uruguai (44,6 em 2000), cujos valores são inferiores ao brasileiro, igual a 59,3 (em 2001) nesse relatório.

Os percentis da distribuição do rendimento familiar também permitem visualizar que, embora a desigualdade tenha-se reduzido no país, o seu nível ainda é elevado. Em 2005, 50% das famílias mais pobres ficavam com 16,2% do rendimento familiar no Brasil, enquanto 10% e 5% das mais ricas, com 39,3% e 25,9%, respectivamente; nos domicílios rurais, esses percentuais são iguais a 19,2%, 36,3% e 25,0% e, nos domicílios urbanos, iguais a 15,2%, 44,4% e 31,7%.

Como os índices de Gini e *T* de Theil, esses percentis indicam uma redução da desigualdade no período recente. Além disso, para o período 1981-2005, também sugerem uma redução da desigualdade para o Brasil, os domicílios rurais e para a renda apropriada por 50% das famílias urbanas mais pobres, apontando uma melhoria mais significativa nos domicílios rurais.

Assim, como os resultados sugerem uma redução da desigualdade mais intensa nos domicílios rurais, nota-se uma ampliação do diferencial das medidas de desigualdade entre os domicílios urbanos e rurais, no período recente, conforme o Gráfico 1. Por exemplo, enquanto em 1981 o hiato entre o índice de Gini dos domicílios urbanos e rurais era igual a 8,8%, em 2005, passa para 15,5%. Vale ressaltar que o nível de desigualdade nos domicílios rurais é menor do que o observado nos urbanos ao longo de todo o período, o que pode, em parte, ser explicado pela menor segmentação presente neste setor.

Destaca-se que, embora tenha ocorrido uma redução da desigualdade nos domicílios rurais, no ano de 2004, verificou-se um aumento dessas medidas nesses domicílios, associado a um crescimento da renda média. Entre 2003 e 2004, o número de famílias aumentou 2,4% no Brasil, 1,19% nos domicílios rurais e 2,67% nos urbanos; já os rendimentos totais aumentaram, respectivamente, 4,48%, 4,90% e 4,45%, de tal forma que os rendimentos médios aumentaram mais que proporcionalmente nos domicílios rurais. A expansão da área plantada de grãos, associada ao aumento excepcional nos preços internacionais no primeiro semestre de 2004, pode auxiliar na explicação do aumento da desigualdade rural brasileira entre 2003 e 2004.⁶ Desse modo, não se pode dizer que a redução da desigualdade apontada pelas informações da PNAD de 2004 para o Brasil tenha sido homogênea entre os domicílios rurais e urbanos. De fato, as medidas de desigualdade sugerem que a expansão da renda verificada entre 2003 e 2004 foi desigual no setor rural brasileiro; no entanto, permitiu uma redução da desigualdade no setor urbano. Assim, o crescimento econômico observado no País em 2004 não se traduziu em redução da desigualdade em todos os setores.

No Brasil, não é recente a discussão acerca da relação entre crescimento econômico e desigualdade, haja vista a sugestão do então ministro Delfim Netto de deixar que o bolo cresça para depois distribuí-lo. Para Ferreira (2000), no meio acadêmico, a tese da inexistência de um *trade off* entre desigualdade e crescimento prevalece e as causas da alta desigualdade de renda brasileira são variadas e complexas – individuais, familiares e institucionais. No entanto, podem ser identificados cinco determinantes da desigualdade: as diferenças natas dos indivíduos, como raça, gênero e riqueza inicial; as diferenças adquiridas, como educação e experiência; aquelas transmitidas pelo mercado de trabalho, como

6 Conforme Brandão; Resende e Marques (2005), a desvalorização cambial de 1999 teve efeitos positivos para a agricultura brasileira, mas foram praticamente anulados por um período de baixa nos preços internacionais. Já a partir de 2002, ocorreu uma nova fase de alta nesses preços, reforçando o estímulo cambial; no entanto, a partir de meados de 2004, esses preços voltaram a cair no mercado internacional. Mesmo assim, segundo esses autores, entre 2001 e 2004, ocorreu uma expansão de 22,8% da área plantada com grãos no Brasil e, com isto, uma expansão da agricultura brasileira, representada principalmente pela soja, que cresceu nesse período nas regiões Sul e Sudeste 39,8% e, na Centro-Oeste, 66,1%.

discriminação e segmentação; as imperfeições dos mercados de fatores e capitais; e por fim, os fatores demográficos relacionadas às decisões de formação domiciliar, como fertilidade. Considerando as evidências empíricas analisadas, para o autor, a variável educação seria a mais relevante na explicação da desigualdade brasileira.⁷

Atualmente, a explicação para a queda na desigualdade de renda brasileira também não é única, conforme Barros et al. (2006), que destacam quatro determinantes: as transformações demográficas, as transferências de renda, a remuneração dos ativos e o mercado de trabalho. As transformações demográficas das famílias, primeiro determinante, com o aumento da proporção de adultos, não teve um impacto significativo na queda da desigualdade.⁸ As transferências de renda privada e pública corresponderam a cerca de 20% da renda total das famílias. Já as transferências públicas, a mais de 85% dessa parcela, segundo Barros et al. (2007), no período 2001-2005.⁹ Entre outros, os resultados desse trabalho indicam que, para a queda recente da desigualdade, destacam-se as pensões e aposentadorias públicas, o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), associados a mudanças na magnitude das transferências, no grau de cobertura e de concentração do atendimento das famílias mais pobres.¹⁰ Com relação à remuneração dos ativos, terceiro determinante, não há evidências de que tenha contribuído de forma significativa para a queda recente da desigualdade. Por fim, o mercado de trabalho, constitui-se no quarto fator, em que se destacam a participação no mercado de trabalho e a distribuição dos rendimentos do trabalho, como a desigualdade educacional e a maior integração do

mercado de trabalho que permitiu uma redução das disparidades de remuneração dos trabalhadores, como exemplo, do meio rural e urbano.

Além disso, Barros et al. (2006) enfatizam que as políticas públicas têm um papel central na queda da desigualdade de renda, mas que fatores externos, como o comportamento da economia mundial, podem interferir nesse processo.

No tocante à pobreza, a proporção de pobres (*H*) mostra que a extensão da pobreza e da extrema pobreza reduziu o seu nível no Brasil e nos domicílios rurais e urbanos, com a estabilização econômica que ocorreu a partir da implementação do Plano Real, conforme a Tabela 3. No período analisado, o maior nível para essa medida de pobreza foi obtido no ano de 1982 ou no de 1983, ou seja, quando o Brasil estava passando pela crise da dívida externa. Apesar de menor que o da década anterior, é no início da década seguinte que esse indicador também atinge os mais altos patamares do período 1990-2005, em 1990 ou 1993, quando a economia brasileira convivia com altas taxas de inflação.

Ao final do período, a queda desse indicador pode ser verificada comparando-se os anos de 2001 e 2003 aos de 2004 e 2005, em que se apresenta redução tanto no Brasil quanto nos domicílios rurais e urbanos, alcançando, respectivamente, 0,178, 0,309 e 0,156 para a extrema pobreza e 0,405, 0,625 e 0,369 para a pobreza, no último ano da série. No entanto, apesar da queda da pobreza no período recente, na comparação entre 1981 e 2005, enquanto se nota uma redução da proporção de pobres no Brasil e nos domicílios rurais, ocorre um aumento dessa medida nos domicílios urbanos.

O nível dessa medida de pobreza é historicamente maior no setor rural, onde a renda média é menor, fato que pode ser parcialmente explicado pela subestimação da renda nessas localidades, uma vez que as PNADs não incluem nos rendimentos das famílias rurais a produção para autoconsumo.

A razão de insuficiência de renda (*I*), que representa uma medida da intensidade da pobreza, teve uma queda mais acentuada para a linha de pobreza do que para a linha de extrema pobreza, no Brasil e nos domicílios rurais e urbanos, com a estabilização

7 Ferreira (2000) elabora um modelo formal buscando explicitar o equilíbrio político-econômico entre a desigualdade de renda, a desigualdade educacional e a desigualdade política, em que a alta desigualdade educacional propicia uma alta desigualdade de renda, que são mantidas pela desigualdade política.

8 Ver também Wajman; Turra e Agostino (2007).

9 Entre as transferências de renda privada, estão a ajuda de não-moradores e outras pensões e aposentadorias e entre as públicas, as pensões e aposentadorias e os programas federais, como o Auxílio-Gás, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Alimentação, o Bolsa Escola, o Bolsa Família, o Cartão-Alimentação do Programa Fome Zero, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Para maiores detalhes sobre cada programa ver Soares et al. (2007).

10 Ver também Hoffmann (2007b).

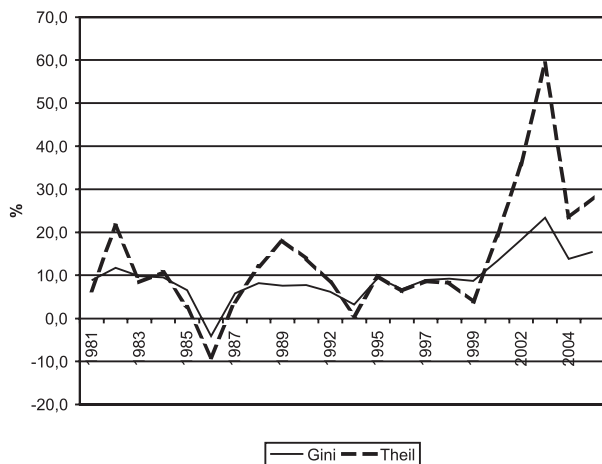


Gráfico 1 – Diferencial dos Índices de Gini e Theil, entre os Domicílios Urbanos e Rurais, 1981-2005

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.

econômica. Para o período analisado, essa medida segue tendência de redução, em que, no ano de 2005, atinge o menor nível, com exceção para o ano de 1992, no caso da linha de pobreza. Como exemplo, em 1981, em média, o déficit de pobreza no Brasil era igual a 48,3% do valor da linha de pobreza e, em 2005, passou para 36,3%; já com relação à linha de extrema pobreza, esse valor passou de 42,6% para 41,7%, respectivamente. Os maiores valores para essa medida ocorreram após a década de 1980, em 1990 e 1997 para a extrema pobreza e, em 1990, para a pobreza.

Por sua vez, o índice de *FGT* segue o comportamento da proporção de pobres e da razão de insuficiência de renda, indicando uma queda na pobreza no período recente e na comparação entre 1981 e 2005, com uma exceção para os domicílios urbanos, no caso da linha de extrema pobreza. Ressalta-se que essa redução relativa do número de domicílios pobres vem acompanhada de uma melhora na renda média destes, uma vez que o déficit de pobreza vem diminuindo.

Não obstante os níveis de pobreza no Brasil ainda serem altos, o país encontra-se em uma situação melhor nesse aspecto do que no da desigualdade na América Latina. Segundo o PNUD (2005), considerando a proporção da população que consome menos de US\$

1 diário e US\$ 2 diários, o Brasil apresentava o valor igual a 8,2% e 22,4%, respectivamente. Para esses indicadores, podem ser citados o Uruguai (menor que 2% e 3,9%), o Chile (menor que 2% e 9,6%), a Argentina (3,3% e 14,3%), a Colômbia (8,2% e 22,6%), o México (9,9% e 26,3%), a Bolívia (14,4% e 34,3%) e a Venezuela (15% e 32,0%).¹¹

Em geral, as medidas de pobreza seguem o comportamento das medidas de desigualdade, com uma redução mais acentuada no período recente; mas, quando se analisa todo o período, observa-se que, a partir da implementação do Plano Real, essa tendência é mais significativa, em média, no Brasil e nos domicílios rurais. Assim, nota-se que, enquanto o diferencial das medidas de desigualdade entre os domicílios urbanos e rurais ampliou-se no período recente, o diferencial de pobreza reduziu-se, conforme indica o Gráfico 2. Vale destacar também que o Plano Cruzado teve um resultado apenas efêmero para as medidas de pobreza.

A seguir, é analisado o impacto da mudança no ano de referência do salário mínimo para as medidas de pobreza, de agosto de 1980 para agosto de 2000. O Gráfico 3 mostra o número de salários mínimos correntes para uma linha de pobreza equivalente a um salário mínimo, de agosto de 1980 e agosto de 2000, que se mantém em um patamar abaixo do anterior, uma vez que o salário mínimo real em agosto de 1980 é maior do que o de 2000. Conseqüentemente, a proporção de pobres (*H*) é menor quando o salário mínimo de referência é o de 2000. Por exemplo, em 2005, para a linha de pobreza, enquanto a proporção de pobres, quando se considera o salário mínimo de 1980, era igual a 0,405, 0,625 e 0,369 para o Brasil e os domicílios rurais e urbanos, respectivamente, quando o salário mínimo de referência é o de 2000, esses valores passam para 0,282, 0,467 e 0,252.

No entanto, nota-se que a proporção de pobres para o Brasil e os domicílios rurais e urbanos, tomando o salário mínimo de 2000 como referência, segue o

¹¹ As informações de cada país são para o ano com informações mais recentes, dentro do período 1990-2003. A China (com 16,6% e 46,6%) e a Índia (34,6% e 79,9%) apresentaram índices superiores ao brasileiro. No caso dos países com alto grau de desenvolvimento, esse indicador é obtido considerando US\$ 11 diários e US\$ 4 diários. A Noruega, país com o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2005, apresentou o valor 4,3% e 0%, respectivamente.

Tabela 3 – Distribuição das Famílias de acordo com o Rendimento Familiar no Brasil, de 1981 a 2005. Medidas de Pobreza para uma Linha de Pobreza e de Extrema Pobreza, INPC como Deflador: Proporção de Pobres (H), Razão de Insuficiência de Renda (I) e o Índice de Foster, Greer e Thorbecke (FGT)

Ano	Extrema pobreza						Pobreza											
	Brasil			Urbano			Brasil			Rural			Urbano					
	H	I	FGT	H	I	FGT	H	I	FGT	H	I	FGT	H	I	FGT			
1981	0,212	0,426	0,055	0,397	0,405	0,088	0,148	0,446	0,043	0,446	0,483	0,134	0,715	0,521	0,236	0,352	0,455	0,099
1982	0,216	0,420	0,054	0,425	0,404	0,094	0,144	0,436	0,041	0,436	0,484	0,135	0,737	0,531	0,250	0,350	0,450	0,096
1983	0,275	0,420	0,069	0,491	0,410	0,112	0,203	0,428	0,055	0,428	0,504	0,167	0,775	0,555	0,282	0,434	0,474	0,128
1984	0,273	0,417	0,067	0,470	0,406	0,105	0,208	0,424	0,055	0,424	0,501	0,165	0,766	0,545	0,270	0,441	0,477	0,131
1985	0,237	0,401	0,056	0,432	0,395	0,095	0,175	0,405	0,044	0,405	0,484	0,141	0,723	0,532	0,246	0,385	0,456	0,107
1986	0,146	0,385	0,035	0,238	0,373	0,054	0,123	0,391	0,030	0,391	0,452	0,090	0,504	0,470	0,143	0,288	0,444	0,077
1987	0,230	0,438	0,062	0,430	0,435	0,110	0,168	0,440	0,047	0,440	0,502	0,142	0,709	0,547	0,257	0,356	0,474	0,106
1988	0,248	0,433	0,066	0,457	0,436	0,118	0,184	0,430	0,050	0,430	0,501	0,152	0,732	0,554	0,271	0,389	0,469	0,115
1989	0,225	0,434	0,060	0,412	0,435	0,105	0,169	0,433	0,047	0,433	0,500	0,139	0,678	0,549	0,246	0,360	0,473	0,107
1990	0,262	0,462	0,076	0,474	0,460	0,132	0,196	0,464	0,058	0,464	0,518	0,166	0,747	0,568	0,288	0,403	0,489	0,127
1992	0,137	0,439	0,034	0,285	0,405	0,060	0,102	0,461	0,028	0,461	0,377	0,069	0,628	0,402	0,126	0,313	0,366	0,055
1993	0,253	0,435	0,071	0,448	0,452	0,127	0,207	0,426	0,058	0,426	0,494	0,156	0,736	0,551	0,272	0,434	0,472	0,129
1995	0,182	0,446	0,055	0,351	0,424	0,093	0,143	0,458	0,046	0,458	0,479	0,119	0,671	0,507	0,217	0,331	0,466	0,097
1996	0,195	0,458	0,060	0,370	0,436	0,101	0,155	0,470	0,051	0,470	0,488	0,126	0,673	0,520	0,228	0,338	0,474	0,103
1997	0,193	0,466	0,061	0,373	0,433	0,099	0,154	0,483	0,053	0,483	0,494	0,126	0,684	0,519	0,229	0,332	0,483	0,104
1998	0,189	0,444	0,056	0,351	0,413	0,086	0,152	0,461	0,050	0,461	0,480	0,121	0,672	0,501	0,212	0,337	0,470	0,101
1999	0,197	0,444	0,059	0,354	0,411	0,087	0,162	0,460	0,052	0,460	0,479	0,127	0,671	0,502	0,213	0,360	0,469	0,107
2001	0,207	0,425	0,062	0,373	0,404	0,096	0,179	0,432	0,057	0,432	0,468	0,128	0,681	0,499	0,218	0,382	0,458	0,112
2002	0,192	0,417	0,056	0,343	0,398	0,086	0,166	0,423	0,051	0,423	0,456	0,119	0,666	0,484	0,203	0,377	0,447	0,106
2003	0,206	0,417	0,061	0,356	0,398	0,091	0,181	0,423	0,056	0,423	0,460	0,128	0,668	0,491	0,209	0,404	0,451	0,115
2004	0,180	0,416	0,053	0,315	0,400	0,082	0,158	0,421	0,049	0,421	0,448	0,116	0,642	0,476	0,192	0,380	0,440	0,103
2005	0,178	0,363	0,049	0,309	0,372	0,078	0,156	0,360	0,044	0,360	0,417	0,105	0,625	0,454	0,179	0,369	0,407	0,092

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.

mesmo padrão de variação em relação às medidas cujo ano de referência é o de 1980, com uma redução da pobreza e da extrema pobreza, principalmente a partir da estabilização econômica, conforme o Gráfico 3b. Novamente, na comparação entre os anos extremos da série analisada, a exceção é o aumento da pobreza nos domicílios urbanos, indicado pelo aumento da proporção de pobres para a linha de pobreza, ou seja, igual a dois salários mínimos.

Dessa forma, com a mudança no ano de referência, a pobreza reduz-se e, em geral, tem o mesmo padrão de variação, mas podem ocorrer algumas discrepâncias em cada linha de pobreza, pois a composição das famílias e dos respectivos rendimentos não é a mesma. Como exemplo, pode ser citado o ano do Plano Cruzado, em 1986, em que o impacto positivo na linha de extrema pobreza foi maior quando o salário mínimo de referência é o de 2000, conforme o Gráfico 3b.

Para Barros; Henriques e Mendonça (2000), o principal determinante do alto grau de pobreza no Brasil é a distribuição da renda que é concentrada, uma vez que não se pode dizer que há um problema de escassez de recursos no País e, além disso, a renda *per capita* nacional está bem acima da linha de

pobreza. Neste sentido, como estratégia de redução da pobreza, sugerem políticas que estimulem o crescimento econômico e melhorem a desigualdade de renda, mas ressaltam que a pobreza é mais sensível a mudanças na desigualdade de renda que ao crescimento econômico. No entanto, atribuem ao crescimento econômico a queda na pobreza verificada na segunda metade da década de 1990.

Ferreira e Litchfield (2000) corroboram Barros; Henriques e Mendonça (2000) e mostram que as flutuações na pobreza, nas décadas de 1980 e 1990, responderam às oscilações no nível de atividade econômica do País, como, por exemplo, nos anos de 1986 e 1995.

Por outro lado, no período recente, para Barros et al. (2007), tanto o crescimento econômico como a comportamento da desigualdade foram importantes para a queda da pobreza no País. No entanto, entre 2001 e 2005, o crescimento da renda *per capita* foi pequeno no País, de apenas 0,9 a.a., enquanto a renda dos 10% mais pobres cresceu 8,0% a.a. Com isto, mais de 90% do crescimento da renda dessa parcela da população deveu-se à redução da desigualdade, proporcionando uma queda na porcentagem de pobres e de extremamente pobres de 4,5 %.

Rocha (2006) analisou a evolução da pobreza entre 2003 e 2004, e sugere que a redução da pobreza pode ser relacionada a fatores de longo prazo e ao comportamento da economia. No primeiro grupo, inclui as mudanças demográficas, como a redução da mortalidade infantil e a queda da natalidade, e o crescente acesso a bens e serviços, em que podem ser citados a escola, saneamento básico e telefonia. No segundo grupo, inclui a criação de postos de trabalho, a redução na desigualdade de renda e o comportamento favorável dos preços dos alimentos. Além disso, atribui importância às políticas públicas focalizadas na população mais pobre, tais como a expansão dos benefícios sociais, a política de valorização do salário mínimo e o aumento da cobertura e do valor dos programas de transferências de renda. Por fim, a autora ressalta que os diversos fatores tiveram impactos diferenciados em cada área ou região do

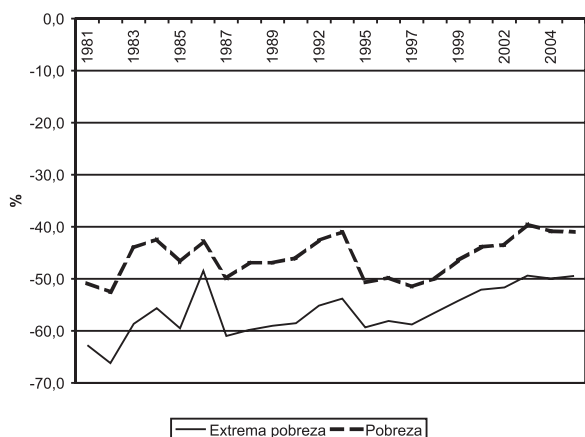
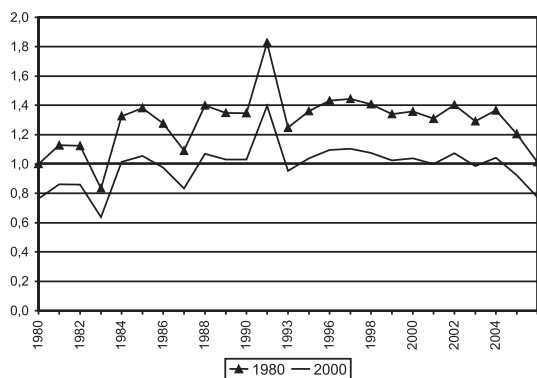
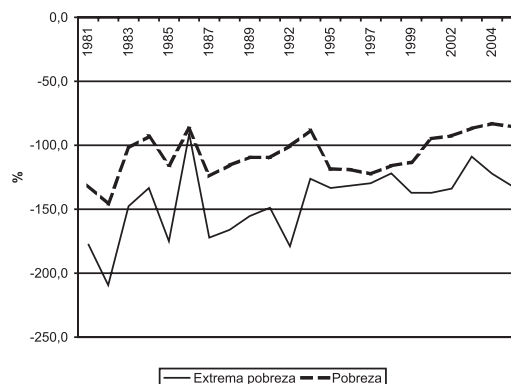


Gráfico 2 – Diferencial entre os Domicílios Urbanos e Rurais da Proporção de Pobres para uma Linha de Extrema Pobreza e de Pobreza, referente ao Salário Mínimo de Agosto 1980, 1981-2005

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.



a)



b)

Gráfico 3 – Número de Salários Mínimos Correntes para uma Linha de Pobreza Equivalente a um Salário Mínimo de Agosto de 1980 e de 2000 (a) e Diferencial entre os Domicílios Urbanos e Rurais da Proporção de Pobres para uma Linha de Extrema Pobreza e de Pobreza (b), Referente ao Salário Mínimo de Agosto de 2000, 1981-2005

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.

país, como o agravamento da pobreza na região metropolitana de São Paulo e a manutenção relativa dos níveis de pobreza na região Nordeste.

Como já enfatizado, embora se detectasse uma redução da pobreza, o seu nível ainda não é confortável no País. Nesse sentido, além das políticas já apresentadas de combate à desigualdade, que também tem efeito positivo sobre a pobreza, como as transferências de renda, alguns trabalhos discutem políticas auxiliares de combate à pobreza, tais como o seguro-desemprego, a formação profissional e a redistribuição de terras. Para Chahad (2000), o seguro-desemprego pode constituir-se em uma política de combate à pobreza, mas não pode ser visto como instrumento isolado para a redução da pobreza, pois tem alcance limitado, uma vez que não oferece um emprego a quem o procura e se destina apenas aos trabalhadores do mercado formal. Por fim, salienta que ele deve ser aprimorado, como exemplo, criando estímulos à busca de um novo emprego. Para Rios-Neto e Oliveira (2000) e Barros et al. (2000) os programas estaduais de qualificação, financiados com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), também podem ser utilizados como um instrumento auxiliar na redução da pobreza, gerando emprego e renda, mas ressaltam a facilidade de serem geradas

ineficiências no programa. Por fim, a redistribuição de terras pode-se constituir em uma política importante para a redução da pobreza, conforme Barros et al. (2000), que analisaram o impacto da redistribuição de terra na região Nordeste, com base no Censo Agropecuário de 1985. Segundo os resultados desse trabalho, o volume de terras é adequado e há uma relação inversa entre o tamanho e o lucro por hectare do estabelecimento.

Com isso, pode-se dizer que, embora esteja ocorrendo uma redução da desigualdade nos últimos anos, esta não é homogênea entre os domicílios rurais e urbanos, uma vez que, em média, essa queda foi menor nos domicílios urbanos do que nos rurais. As medidas de pobreza apontam uma redução, apesar de algumas oscilações, a partir da implementação do Plano Real, não obstante esta queda seja menor nos domicílios urbanos, sendo que algumas medidas indicam até mesmo um aumento da pobreza nesta localidade, seguindo o comportamento das medidas de desigualdade. Esses fatos permitiram uma ampliação do diferencial de desigualdade entre os domicílios urbanos e rurais e uma redução do diferencial de pobreza. Diversos fatores são indicados como importantes para essa queda da desigualdade e, conseqüentemente, da pobreza, como o desempenho do mercado de

trabalho e as políticas públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Além disso, pode-se incluir entre esses fatores a migração rural-urbana, uma vez que a proporção dos domicílios rurais reduziu-se de 25,9% para 14,1%, entre 1981 e 2005. Na seção 5, são analisados alguns dos fatores que contribuíram para o comportamento da desigualdade. A seguir, são analisadas algumas medidas de desigualdade e pobreza para o rendimento familiar *per capita*.

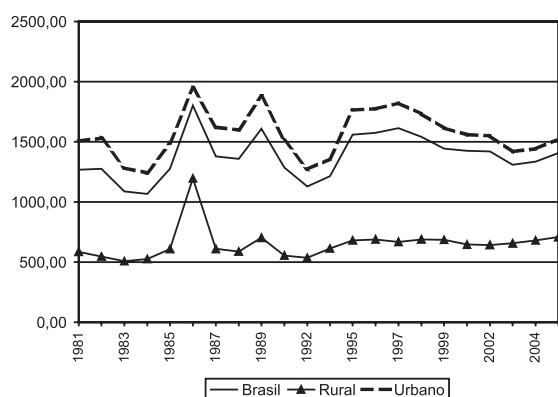
4 – A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL PARA O RENDIMENTO FAMILIAR *PER CAPITA*

Uma crítica que poderia ser feita à análise anterior da desigualdade e da pobreza é que o rendimento familiar não é a melhor medida do rendimento, uma vez que o número de componentes das famílias não é o mesmo, alterando-se com o tempo, ou seja, um determinado rendimento pode ser suficiente para atender às necessidades básicas de uma família, mas não de outra com um número maior de componentes e o mesmo rendimento.

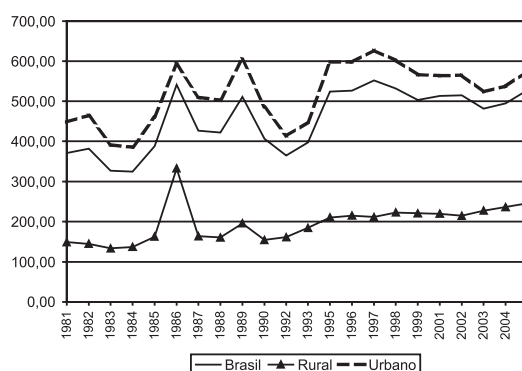
No País, o tamanho médio das famílias vem-se reduzindo, conforme as PNADs. Essa redução foi de aproximadamente 26,0% no Brasil e nos domicílios rurais, e de 24,0%, nos urbanos. No Brasil, o número

médio de componentes das famílias passou de 4,3 em 1981 para 3,2 pessoas em 2005; já nos domicílios rurais, esses valores são iguais a 4,8 e 3,6, respectivamente e, nos urbanos, a 4,1 e 3,2. Para incorporar esse fenômeno, a seguir, analisa-se a evolução da desigualdade e da pobreza, utilizando-se como unidade de renda o rendimento familiar *per capita*.

Inicialmente, o Gráfico 4 traz o rendimento familiar médio e o rendimento familiar *per capita* médio, em valores reais de setembro de 2005. Enquanto o rendimento médio teve uma variação positiva de 11,0%, 20,8% e de 1,1%, respectivamente, no Brasil e nos domicílios rurais e urbanos, no período analisado, o rendimento familiar *per capita* médio atingiu 42,2%, 65,0% e 28,0% de variação positiva. No entanto, deve-se ressaltar que essas séries têm um comportamento similar, com as mesmas oscilações, como o aumento efêmero em 1986, ano do Plano Cruzado, e um outro mais estável e permanente a partir de 1995, com a implementação do Plano Real. Pode-se também destacar que a redução da desigualdade observada no final do período foi seguida por um aumento da renda média, o que nem sempre ocorre no País. Em 2005, o rendimento familiar médio no Brasil e nos domicílios rurais e urbanos era igual a R\$1.335,56; R\$680,92 e R\$1.442,54, respectivamente, e o rendimento familiar *per capita* médio igual a R\$495,08; R\$236,23 e R\$537,38.



a) Rendimento familiar médio



b) Rendimento familiar *per capita* médio

Gráfico 4 – Rendimento Familiar Médio (a) e Rendimento Familiar *Per Capita* Médio (b), no Brasil e nos Domicílios Rural e Urbano, de 1981 a 2005

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.

Na Tabela 4, estão algumas medidas de desigualdade e de pobreza do rendimento familiar *per capita*. Como medidas de desigualdade do rendimento familiar *per capita*, foram obtidos os índices de Gini (G) e T de Theil (T), e de pobreza foi obtida a proporção de pobres, considerando meio salário mínimo como linha de pobreza (H_p) e um quarto de salário mínimo como linha de extrema pobreza (H_{ep}).

A evolução das medidas de desigualdade e de pobreza do rendimento familiar *per capita* é semelhante à evolução dessas medidas do rendimento familiar. No entanto, em geral, enquanto as medidas de desigualdades do rendimento familiar *per capita* assumem valores superiores, as medidas de pobreza ficam quase sempre abaixo das respectivas medidas de pobreza do rendimento familiar.

Com isso, no Brasil, para as medidas de desigualdade, o diferencial entre as medidas para o rendimento familiar e o rendimento familiar *per capita* é positivo e se reduziu de 7,0%, em 1981, para 4,8%, em 2005, no caso do índice de Gini, e para o índice T de Theil de 20,0% para 13,8%, respectivamente.¹² O nível mais elevado das medidas de desigualdade do rendimento familiar *per capita* deve estar associado ao fato de que estas passam a captar a desigualdade daquelas famílias com o mesmo rendimento familiar, mas com diferentes números de componentes, as quais têm um mesmo rendimento familiar, mas diferentes rendimentos familiares *per capita*.

Os domicílios urbanos também seguem essa tendência, mas, nos domicílios rurais, ocorre um aumento dessa diferença, que, no caso do índice de Gini, passou de 4,5% no início do período para 7,8% no final. Esse fato representa um reflexo da redução mais que proporcional do número de componentes dos domicílios rurais nos decis superiores da distribuição do rendimento familiar *per capita*.¹³

12 Esses diferenciais foram obtidos comparando os resultados da Tabela 2 e os da Tabela 4. Por exemplo, no caso dos 7,0%, comparando o índice de Gini do Brasil, em 1981, igual a 0,562, considerando o rendimento familiar, com o índice de Gini do Brasil, em 1981, igual a 0,601, considerando o rendimento familiar *per capita*.

13 Entre 1981 e 2005, o número de componentes dos domicílios rurais reduziu-se, em média, aproximadamente 25%. No entanto, considerando-se os decis da distribuição do rendimento familiar *per capita*, do primeiro

Por sua vez, no caso da pobreza, o diferencial entre as medidas do rendimento familiar e as do rendimento familiar *per capita* aumentou em termos absolutos com o passar dos anos. No Brasil, para a extrema pobreza, esse diferencial foi de -5,29% em 1981 para -36,5% em 2005; já no caso da pobreza, passou, respectivamente, de -3,29% para -31,2%. Os domicílios rurais e urbanos seguem essa mesma tendência. Além disso, com a redução no número de componentes, as medidas do rendimento familiar *per capita* reduzem-se em relação às medidas do rendimento familiar; conseqüentemente, os diferenciais ampliam-se. Desse modo, estaria ocorrendo um ganho de renda real para as famílias.

Por fim, a mesma análise realizada para o rendimento familiar, com o diferencial entre os domicílios urbanos e rurais, considerando uma mesma medida de desigualdade ou de pobreza, nos gráficos 1 e 2, pode ser feita para o rendimento familiar *per capita*, conforme o Gráfico 5. Nota-se um comportamento similar entre os respectivos gráficos, indicando que os diferenciais com as medidas de desigualdade são, em geral, positivos e aumentaram no final do período e, com as medidas de pobreza, são negativos e se reduziram a partir de meados da década de 1990. Por exemplo, o diferencial entre o índice de Gini dos domicílios urbanos e rurais, em 1981, era igual a 10,56% e, em 2005, igual a 12,01%, enquanto entre a proporção de pobres para a linha de pobreza era igual a -55,09% e passou para -50,3%.

5 – DETERMINANTES DA DESIGUALDADE E POBREZA: FATORES ESPACIAIS E CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS CHEFES DAS FAMÍLIAS

Neste tópico, é realizada uma análise de alguns dos determinantes da desigualdade e da pobreza. São considerados dois fatores espaciais, as grandes regiões e as regiões metropolitanas e não-metropolitanas, além de duas características dos chefes das famílias, uma

ao décimo, apresentou os seguintes percentuais: -23,4%, -17,0%, -25,3%, -33,5%, -29,1%, -37,6%, -35,0%, -40,9%, -40,3% e -43,7%, ou seja, uma redução mais que proporcional nos decis superiores.

Tabela 4 - Medidas de Desigualdade e de Pobreza⁽¹⁾ para o Rendimento Familiar *Per Capita*, para o Brasil, Domicílios Rurais e Urbanos, 1981-2005

Ano	Medidas de Desigualdade						Medidas de Pobreza					
	Brasil		Rural		Urbano		Brasil		Rural		Urbano	
	G	T	G	T	G	T	H _{ep}	H _p	H _{ep}	H _p	H _{ep}	H _p
1981	0,601	0,720	0,519	0,613	0,579	0,649	0,201	0,431	0,414	0,729	0,127	0,327
1982	0,606	0,741	0,516	0,572	0,583	0,669	0,201	0,426	0,427	0,731	0,123	0,320
1983	0,609	0,743	0,525	0,607	0,590	0,680	0,245	0,492	0,473	0,772	0,169	0,398
1984	0,603	0,724	0,514	0,558	0,588	0,671	0,243	0,492	0,460	0,763	0,172	0,403
1985	0,611	0,758	0,546	0,675	0,592	0,695	0,202	0,434	0,417	0,714	0,133	0,344
1986	0,609	0,761	0,614	0,841	0,595	0,726	0,120	0,307	0,217	0,508	0,096	0,258
1987	0,623	0,800	0,552	0,673	0,602	0,732	0,191	0,406	0,408	0,708	0,123	0,311
1988	0,632	0,822	0,584	0,669	0,613	0,757	0,207	0,424	0,429	0,717	0,139	0,333
1989	0,654	0,966	0,583	0,768	0,638	0,909	0,185	0,390	0,381	0,665	0,126	0,307
1990	0,630	0,823	0,554	0,661	0,610	0,758	0,214	0,435	0,435	0,721	0,145	0,346
1992	0,593	0,727	0,552	0,648	0,578	0,685	0,200	0,413	0,409	0,676	0,150	0,350
1993	0,615	0,802	0,584	0,744	0,602	0,763	0,199	0,410	0,399	0,656	0,153	0,352
1995	0,615	0,783	0,551	0,658	0,601	0,737	0,142	0,314	0,313	0,580	0,102	0,252
1996	0,615	0,772	0,564	0,688	0,599	0,726	0,152	0,318	0,327	0,577	0,112	0,260
1997	0,619	0,788	0,552	0,671	0,604	0,741	0,146	0,310	0,316	0,578	0,109	0,252
1998	0,613	0,778	0,558	0,697	0,599	0,734	0,145	0,312	0,306	0,566	0,108	0,254
1999	0,607	0,755	0,551	0,674	0,595	0,716	0,145	0,319	0,297	0,561	0,111	0,265
2001	0,608	0,763	0,543	0,637	0,599	0,735	0,145	0,315	0,305	0,551	0,118	0,275
2002	0,602	0,761	0,518	0,561	0,595	0,737	0,131	0,303	0,281	0,543	0,106	0,263
2003	0,585	0,713	0,491	0,467	0,582	0,700	0,142	0,318	0,282	0,539	0,118	0,282
2004	0,582	0,698	0,523	0,583	0,576	0,678	0,123	0,293	0,254	0,508	0,101	0,258
2005	0,579	0,689	0,512	0,539	0,573	0,669	0,113	0,279	0,242	0,491	0,092	0,244

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.

⁽¹⁾ Em que G é o índice de Gini, T é o índice T de Theil, H_{ep} é a proporção de pobres para uma linha de extrema pobreza, H_p é a proporção de pobres para uma linha de pobreza, ambas considerando como referência o salário mínimo de 1980.

adquirida, que é a escolaridade, e outra nata, o gênero dos chefes das famílias. Inicialmente, se verificam as mudanças na composição das famílias, segundo esses fatores. Posteriormente, para analisar a desigualdade é realizada uma decomposição do índice T de Theil e, para analisar a pobreza, calcula-se a proporção de pobres, considerando o rendimento familiar.¹⁴

Em termos absolutos, ocorreu uma expansão do número de famílias em todas as grandes regiões brasileiras, conforme a Tabela 1; no entanto, em termos relativos, esse crescimento foi mais acentuado nas regiões Norte e Centro-Oeste, conforme a Tabela 5. Os domicílios rurais aumentaram relativamente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste e no Estado de São Paulo; já os domicílios urbanos vêm-se reduzindo

¹⁴ Foram também obtidas essas medidas para o rendimento familiar *per capita*, as quais são similares aos resultados para o rendimento

familiar, mas, por limitação de espaço, não foram apresentadas.

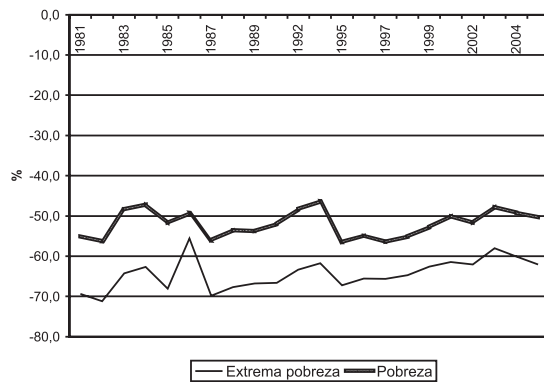
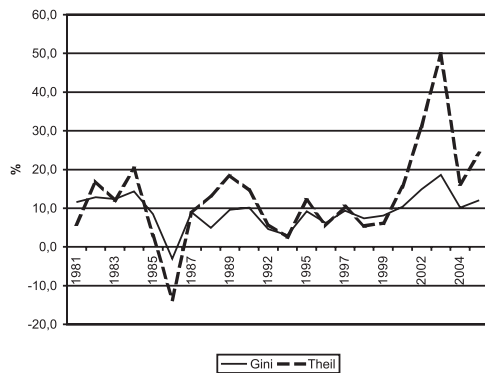


Gráfico 5 – Diferencial entre os Domicílios Urbanos e Rurais dos Índices de Gini e *T* de Theil e da Proporção de Pobres para uma Linha de Extrema Pobreza e de Pobreza, Referente ao Salário Mínimo de Agosto 1980, Rendimento Familiar *Per Capita*, 1981-2005

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.

na região Sudeste, desde 1981, em detrimento das demais regiões. Cabe ressaltar, porém, que é na região Sudeste, mais especificamente em áreas urbanas, onde se encontra a maior proporção das famílias brasileiras.

A decomposição do índice *T* de Theil mostra uma redução da desigualdade entre as grandes regiões no Brasil, uma vez que, em 1981, representava 8,0% da desigualdade total e 6,4%, em 2005. Por outro lado, nos domicílios urbanos e rurais, a desigualdade entre as regiões aumentou de 4,0% para 4,7% e de 9,4% para 12,1%, respectivamente, nesse período. ().

Considerando as informações da Tabela 7, com a proporção de pobres, nota-se que é na região Nordeste onde essa medida atinge o maior nível em todos os anos, tanto no Brasil quanto nos domicílios rurais e urbanos. Corroborando as informações da Tabela 3, que mostraram uma redução na proporção de pobres entre 1981 e 2005 maior nos domicílios rurais, seguidos pelo Brasil, e um aumento nos domicílios urbanos, verifica-se que houve uma queda nessa medida no meio rural em todas as regiões, no Brasil, em quatro regiões (Nordeste, MG+ RJ+ ES, Sul e Centro-Oeste) e no meio urbano em apenas três regiões (MG+ ES+ RJ, Sul e Centro-Oeste).

Com relação às regiões metropolitanas e não-metropolitanas, o aumento das famílias tem sido um pouco mais intenso nas últimas, onde se encontram

67,4% das famílias brasileiras, em 2005. A maior parcela dos domicílios rurais concentra-se em regiões não-metropolitanas, 93,3% em 2005; no entanto, estes vêm-se expandindo mais nas regiões metropolitanas. Já os domicílios urbanos, que também estão em sua maioria nas regiões não-metropolitanas, 63,2%, seguem o caminho oposto, expandindo-se relativamente mais em regiões não-metropolitanas.

A desigualdade entre as regiões metropolitanas e não-metropolitanas reduziu-se no período analisado. Em 1981, no Brasil e nos domicílios rurais e urbanos, representava, respectivamente, 8,3%, 1,0% e 4,3% da desigualdade total; já em 2005, estes valores ficaram em 3,1%, 0,9% e 2,0%. O maior nível da proporção de pobres (*H*) encontra-se nas regiões não-metropolitanas; não obstante, nessas localidades, ocorreu uma queda dessa medida de pobreza, sendo que o contrário é observado nas regiões metropolitanas, nas três esferas analisadas, com exceção dos domicílios rurais localizados nas regiões metropolitanas. Estes resultados corroboram os obtidos por Rocha (2006), que apontam uma redução menos acentuada na pobreza nas áreas metropolitanas, mas enfatiza que esse fato foi uma tendência iniciada na década de 1990.

No tocante ao nível de escolaridade do chefe da família, observa-se um aumento, no Brasil e nos domicílios rurais e urbanos, desse indicador, mas esse

ritmo é mais intenso nos domicílios rurais, onde se encontra o menor nível de escolaridade ao longo do período analisado. Em 2005, enquanto a escolaridade nacional média do chefe da família era igual a 6,3 anos, nos domicílios urbanos, era igual a 6,9 anos e, nos rurais, a apenas 3,1 anos. A maior proporção dos chefes das famílias nos domicílios urbanos tem educação elementar completa ou primário incompleto e, nos rurais, são analfabetos ou possuem menos de um ano de escolaridade.

Entre os quatro fatores analisados nesta seção, o nível de escolaridade do chefe da família é o mais importante na explicação das desigualdades de rendimento das famílias, fato que pouco se alterou no período, sendo verificada apenas uma pequena redução no percentual explicado por esse fator no Brasil e nos domicílios urbanos, e o contrário nos rurais. Em 2005, no Brasil, a desigualdade no nível de escolaridade entre os chefes do domicílio contribuía

com 35,3% da desigualdade total e, nos domicílios rurais e urbanos, com 17,2% e 34,1%, respectivamente, sendo que, em 1981, estes valores correspondiam a 39,8%, 16,0% e 37,3%.

Quanto menor o nível de escolaridade, maior é o valor para a proporção de pobres. Por exemplo, no Brasil, a proporção de pobres nas famílias cujos chefes pertenciam ao nível 1 de escolaridade era igual a 0,644 em 2005; e nos níveis acima há, sucessivamente, 0,547; 0,447; 0,377; 0,230 e 0,031. Destaca-se o fato de a proporção de pobres ter caído, entre 1981 e 2005, apenas no nível 1 nas três localidades, além de nos níveis 2 e 6, nos domicílios rurais.

Por fim, considerando os diferenciais de gênero, nota-se que a proporção de mulheres chefes de família também está em expansão no País, mas é menor nos domicílios rurais. A contribuição

Tabela 5 – Composição das Famílias, segundo a Região e a Região Metropolitana, o Nível de Escolaridade^a e o Gênero dos Chefes das Famílias, no Brasil, 1981-2005

Região	Brasil				Rural				Urbano			
	1981	1992	2001	2005	1981	1992	2001	2005	1981	1992	2001	2005
Nordeste	27,1	26,2	26,5	26,5	47,0	47,3	48,7	49,5	20,2	21,2	22,8	22,7
Norte	2,4	3,6	4,7	5,2	-	-	-	-	3,2	4,4	5,5	6,1
MG+ES+RJ	23,6	22,8	22,1	21,7	17,3	17,6	15,8	15,0	25,8	24,0	23,2	22,8
São Paulo	23,7	23,5	22,8	22,9	7,3	7,7	8,4	8,6	29,5	27,2	25,2	25,2
Sul	16,7	16,5	16,0	15,7	22,2	19,6	19,3	18,4	14,7	15,8	15,4	15,3
C.-Oeste	6,4	7,4	7,9	8,0	6,3	7,8	7,8	8,5	6,5	7,3	7,9	8,0
Região												
Metrop.	33,6	32,5	32,5	32,6	3,7	3,7	6,2	6,7	44,1	39,4	37,0	36,8
Não-metrop.	66,4	67,5	67,5	67,4	96,3	96,3	93,8	93,3	55,9	60,6	63,0	63,2
Escolaridade do Chefe												
nível 1	28,0	23,3	18,0	15,3	50,5	46,0	39,0	33,9	20,2	17,9	14,4	12,2
nível 2	24,4	18,9	15,9	14,2	30,2	25,5	25,5	24,7	22,4	17,4	14,2	12,5
nível 3	29,2	30,4	30,1	28,5	16,8	22,5	27,3	29,0	33,5	32,3	30,6	28,4
nível 4	7,3	10,5	13,1	13,6	1,4	2,9	4,6	6,4	9,4	12,3	14,6	14,7
nível 5	7,2	11,6	16,6	21,3	0,9	2,5	3,1	5,3	9,4	13,8	18,9	23,9
nível 6	3,8	5,2	6,2	7,2	0,2	0,5	0,5	0,6	5,1	6,3	7,2	8,2
Média	3,9	4,9	5,8	6,3	1,6	2,2	2,6	3,1	4,7	5,5	6,3	6,9
Gênero do Chefe												
H	83,0	77,9	72,6	69,2	89,2	85,7	83,9	82,9	80,8	76,0	70,7	66,9
M	17,0	22,1	27,4	30,8	10,8	14,3	16,1	17,1	19,2	24,0	29,3	33,1

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.

^a nível 1: analfabeto ou com menos de 1 ano de estudo; nível 2: alguma educação elementar (1 a 3 anos de estudo); nível 3: educação elementar completa ou primário incompleto (4 a 7 anos de estudo); nível 4: primário completo ou secundário incompleto (8 a 10 anos de estudos); nível 5: secundário completo ou superior incompleto (11 a 14 anos de estudos); nível 6: superior completo ou mais (15 anos ou mais de estudos).

desse fator na explicação da desigualdade total vem caindo: em 2005, foi igual a 1,8%, 1,0% e 2,6%, respectivamente, no Brasil e nos domicílios rurais e urbanos, sugerindo uma convergência dos rendimentos familiares dos domicílios chefiados por ambos os sexos. Conforme Leme e Wajnman (2000), esse estreitamento pode ser explicado, no Brasil, pela redução da discriminação contra as mulheres. Deve-se salientar que, entre os fatores analisados, esse foi o que menos contribuiu para a explicação da desigualdade total. Já a proporção de pobres, que apresentou um maior nível para as famílias chefiadas por mulheres, vem caindo, com exceção para os domicílios urbanos cujos chefes são homens.

Para os quatro fatores analisados, tanto no período 1981 e 2005 quanto no recente, a pobreza reduziu-se mais nos segmentos dos domicílios rurais do que nos urbanos, seguindo o comportamento da desigualdade. Ao longo de 1981 até 2005, nos domicílios rurais, o nível de pobreza caiu em todas as regiões, nas regiões metropolitanas e não-metropolitanas, nos domicílios cujos chefes tinham níveis 1, 2 e 6 de escolaridade e naqueles chefiados por homens e mulheres. Por outro lado, nos domicílios urbanos, reduziu-se apenas em três regiões (nas regiões Sul e na Centro-Oeste e nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo), nas regiões não-metropolitanas, nos domicílios

cujos chefes tinham nível 1 de escolaridade e nos domicílios chefiados por mulheres. Já no período recente, pode-se acrescentar a redução da pobreza para as famílias cujos chefes tinham o nível 3 de escolaridade, para os domicílios rurais, e as regiões Nordeste e Norte e as famílias cujos chefes tinham o nível 3 de escolaridade, para os urbanos.

Assim, pode-se dizer que a pobreza vem diminuindo, especialmente nos segmentos em que apresentava um maior nível, nas regiões não-metropolitanas, para famílias cujos chefes eram analfabetos ou tinham menos de um ano de instrução e cujos chefes eram mulheres. Com relação às regiões, a redução foi maior na região Sul, seguida pela Centro-Oeste e os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Assim, para o fator região, esse comportamento não é verificado, pois a redução da pobreza não foi maior na região Nordeste. Este fato também foi apontado no trabalho de Rocha (2006).

Em geral, para o período 1981-2005, no Brasil, a desigualdade de renda entre as famílias vem-se reduzindo entre as regiões, as regiões metropolitanas e não-metropolitanas e os níveis de escolaridade e gênero dos chefes das famílias. Esse comportamento é seguido pelos domicílios rurais e urbanos, com exceção para o fator região e, apenas nos domicílios rurais, para o fator educação, onde aumentou. No

Tabela 6 – Decomposição do Índice T de Theil, Rendimento Familiar, 1981-2005

	Brasil				Rural				Urbano			
	1981	1992	2001	2005	1981	1992	2001	2005	1981	1992	2001	2005
Região												
Intra	0,553	0,600	0,626	0,567	0,464	0,502	0,487	0,405	0,523	0,581	0,614	0,562
Entre	0,048	0,041	0,045	0,039	0,048	0,056	0,055	0,056	0,022	0,025	0,032	0,028
Região Metropolitana												
Intra	0,550	0,614	0,647	0,587	0,507	0,557	0,539	0,457	0,522	0,592	0,632	0,578
Entre	0,050	0,026	0,024	0,019	0,005	0,001	0,003	0,004	0,023	0,013	0,015	0,012
Escolaridade do chefe												
Intra	0,362	0,432	0,420	0,392	0,430	0,474	0,455	0,382	0,342	0,420	0,414	0,389
Entre	0,239	0,209	0,251	0,214	0,082	0,084	0,088	0,079	0,203	0,185	0,233	0,201
Gênero do chefe												
Intra	0,584	0,624	0,657	0,595	0,502	0,550	0,536	0,457	0,521	0,583	0,627	0,575
Entre	0,016	0,017	0,014	0,011	0,010	0,008	0,007	0,005	0,024	0,023	0,019	0,015

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.

período recente, entre 2001 e 2005, a proporção da desigualdade de renda explicada pelos fatores analisados caiu para o Brasil e os domicílios urbanos, mas, nos domicílios rurais, apenas para o fator gênero. Por outro lado, os fatores espaciais – as grandes regiões e as regiões metropolitanas e não-metropolitanas, e o fator educacional – tornaram-se mais importantes na explicação do nível da desigualdade nos domicílios rurais, o que pode ser justificado pelo crescimento e desenvolvimento ocorrido no meio rural brasileiro, com a expansão e diversificação da agropecuária no território nacional e utilização de mão-de-obra mais qualificada. Vale ressaltar que a educação foi o fator mais importante na explicação do nível de desigualdade nos domicílios rurais e urbanos, corroborando os trabalhos na área, seguida pelos fatores grandes regiões, gênero e região metropolitana.¹⁵ Esses resultados sugerem que outros

fatores foram importantes para a redução mais intensa da desigualdade no meio rural.

Hoffmann (2007b) analisa o rendimento domiciliar *per capita* decompondo-o em seis parcelas: Rendimento de Todos os Trabalhos (TTR), Aposentadorias e Pensões do Governo ou de Instituto de Previdência (AP1), outras Aposentadorias e Pensões (AP2), Doações (DOA), Aluguel (ALU) e juros, dividendos e transferências de programas oficiais (JUR). Entre as transferências é incluído o Bolsa Família ou o Renda Mínima, com isso, para as famílias mais pobres, esta parcela corresponde, especialmente, às transferências, enquanto, para as famílias mais ricas, está associada a juros e dividendos. Em 2005, o rendimento de todos os trabalhos representava 75,91% do rendimento domiciliar *per capita*; as demais parcelas detinham, respectivamente, 18,16%, 1,62%, 0,71%, 1,62% e 1,77%. No entanto, para as famílias mais

Tabela 7 – Proporção de Pobres para uma Linha de Pobreza Equivalente a Dois Salários Mínimos de Agosto de 1980, segundo a Região e a Região Metropolitana, e o Nível de Escolaridade e o Gênero dos Chefes das Famílias, Rendimento Familiar, 1981-2005

	Brasil				Rural				Urbano			
	1981	1992	2001	2005	1981	1992	2001	2005	1981	1992	2001	2005
Região												
Nordeste	0,682	0,596	0,651	0,621	0,826	0,757	0,807	0,767	0,565	0,511	0,594	0,569
Norte	0,375	0,404	0,478	0,469	-	-	-	-	0,375	0,404	0,478	0,469
MG+ES+RJ	0,416	0,333	0,390	0,368	0,713	0,613	0,663	0,589	0,347	0,284	0,358	0,344
São Paulo	0,241	0,208	0,255	0,255	0,470	0,345	0,442	0,405	0,221	0,199	0,244	0,247
Sul	0,400	0,299	0,328	0,296	0,573	0,457	0,499	0,414	0,310	0,252	0,291	0,273
C.Oeste	0,457	0,391	0,427	0,396	0,681	0,591	0,633	0,543	0,381	0,340	0,392	0,371
Região												
Metrop.	0,262	0,249	0,321	0,321	0,459	0,436	0,480	0,449	0,256	0,245	0,317	0,317
Não-met.	0,539	0,434	0,476	0,446	0,725	0,635	0,694	0,638	0,427	0,358	0,420	0,400
Escolaridade do Chefe												
Nível 1	0,714	0,603	0,687	0,644	0,817	0,721	0,784	0,705	0,625	0,531	0,643	0,615
Nível 2	0,514	0,463	0,560	0,547	0,679	0,641	0,705	0,658	0,436	0,400	0,516	0,511
Nível 3	0,336	0,344	0,444	0,445	0,539	0,507	0,587	0,580	0,301	0,317	0,422	0,423
Nível 4	0,204	0,239	0,340	0,377	0,390	0,382	0,525	0,543	0,194	0,230	0,330	0,366
Nível 5	0,086	0,121	0,196	0,230	0,219	0,269	0,338	0,377	0,082	0,114	0,192	0,225
Nível 6	0,017	0,029	0,030	0,031	0,088	0,063	0,059	0,045	0,016	0,028	0,030	0,031
Gênero do Chefe												
H	0,409	0,332	0,381	0,362	0,698	0,608	0,660	0,606	0,298	0,257	0,324	0,312
M	0,624	0,523	0,545	0,504	0,861	0,747	0,785	0,717	0,577	0,491	0,523	0,486

Fonte: Dados Básicos das PNADs Divulgados pelo IBGE.

15 Ver, por exemplo, Ferreira (2000).

pobres, a parcela referente às pensões e aposentadorias “oficiais” reduz a sua proporção no rendimento domiciliar *per capita*, enquanto a parcela de JUR aumenta. Assim, para o autor, cerca de 20% a 25% da redução da desigualdade podem ser atribuídos à última parcela (JUR), além de quase 60% aos rendimentos de todos os trabalhos. Por outro lado, as aposentadorias e pensões “oficiais” têm contribuído para reforçar o elevado grau de desigualdade de renda no Brasil.

Considerando a mesma decomposição realizada por Hoffmann (2007b), mas para o rendimento familiar total, no ano de 2005, se obtêm valores similares para o Brasil, ou seja, as seis parcelas representavam, respectivamente, 75,97%, 18,12%, 1,61%, 1,81% e 1,77% do rendimento familiar.¹⁶ No entanto, para os domicílios rurais, estes valores correspondem a 73,02%, 20,98%, 0,52%, 0,43%, 0,89% e 4,16% e, para os urbanos, a 76,22%, 17,87%, 1,70%, 0,74%, 1,89 e 1,57%. Assim, as aposentadorias e pensões “oficiais” e a última parcela são mais importantes para os domicílios rurais.¹⁷ Contudo, para as famílias mais pobres, com rendimento familiar até R\$ 500,00, as aposentadorias e pensões “oficiais” e a parcela que inclui as transferências correspondem a 14,74% e 9,18% para os domicílios rurais e 19,50% e 5,21% para os urbanos. Com isto, pode-se dizer que as transferências de renda tiveram um papel relevante na queda mais acentuada da desigualdade e da pobreza no meio rural, em detrimento do urbano, uma vez que são mais importantes, relativamente, para as famílias mais pobres dessa localidade. O comportamento do mercado de trabalho e da economia também foi importante para explicar estes diferenciais, como indica a magnitude do Rendimento de Todos os Trabalhos (TTR) no rendimento familiar, que nos domicílios rurais foi igual a 74,02% e, nos urbanos, igual a 69,25%.

Portanto, não se podem atribuir a apenas um fator as mudanças na desigualdade e na pobreza

no País, mas é possível dizer que a política pública de transferência de renda e o comportamento do mercado de trabalho e da economia foram relevantes para explicar tanto a queda recente da desigualdade e da pobreza quanto os diferenciais entre os domicílios rurais e urbanos.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do trabalho confirmam uma redução da desigualdade e da pobreza no período recente, a partir da implementação do Plano Real e, em especial, nos últimos anos, tanto no Brasil quanto nos domicílios rurais e urbanos. No entanto, nos domicílios urbanos, algumas medidas sugerem que essas mudanças foram menos intensas; conseqüentemente, o diferencial das medidas de desigualdade entre os domicílios urbanos e rurais ampliou-se e o das medidas de pobreza reduz-se notadamente no final do período analisado, uma vez que, no meio rural, as medidas de desigualdade são historicamente menores e as medidas de pobreza são maiores.

A mudança no ano de referência do salário mínimo de agosto de 1980 para agosto de 2000 também altera as medidas de pobreza para um patamar inferior, uma vez que o valor do salário mínimo real era menor em 2000.

As medidas de desigualdade e pobreza são afetadas pela redução do número de componentes das famílias. As medidas do rendimento familiar *per capita* seguem o mesmo padrão geral de variação que as do rendimento familiar. No entanto, existe um hiato entre elas, que, em geral, no caso das medidas de desigualdade, reduz-se com o passar dos anos e, entre as medidas de pobreza, amplia-se.

No Brasil, a desigualdade de renda entre as famílias vem-se reduzindo entre as regiões, as regiões metropolitanas e não-metropolitanas e os níveis de escolaridade e gênero dos chefes das famílias. Esse comportamento é seguido pelos domicílios rurais e urbanos, com exceção para o fator região e, apenas nos domicílios rurais, para educação, em que aumentou. Além disso, pode-se dizer que a pobreza também vem diminuindo, principalmente nos segmentos em que apresentava um maior nível, com exceção do fator região, ou seja, nas regiões não-metropolitanas, para

16 Ressalta-se que, no presente trabalho, são analisados o rendimento familiar e o rendimento familiar *per capita*, mas é comum também a análise do rendimento domiciliar ou domiciliar *per capita*. Alguns trabalhos chegam a tratá-los como equivalentes, uma vez que, conforme os dados das PNADS, em cerca de apenas 5% dos domicílios convivem duas ou mais famílias. (BARROS et al., 2006).

17 Para uma análise da previdência rural, implementada a partir de 1992, com base na Constituição de 1988, ver Delgado e Cardoso Junior (1999).

famílias cujos chefes eram analfabetos ou tinham menos de um ano de instrução e cujos chefes eram mulheres, especialmente no período recente, a partir de 2001. Além disso, entre os determinantes da desigualdade analisados, a educação foi o fator mais importante na explicação do nível de desigualdade nos domicílios rurais e urbanos, seguido pelos fatores grandes regiões, gênero e região metropolitana.

Por fim, pode-se dizer que as políticas públicas, como as transferências de renda, o desempenho da economia e do mercado de trabalho foram relevantes na explicação do comportamento da desigualdade e, conseqüentemente, da pobreza no País, inclusive dos diferenciais entre os domicílios rurais e urbanos. Desse modo, embora a queda da desigualdade e da pobreza tenha sido significativa, o Brasil ainda não se encontra em uma posição confortável no cenário internacional e ainda está entre aqueles com os piores índices de desigualdade do mundo, o que sugere a continuidade e até mesmo ampliação de políticas dessa natureza.

ABSTRACT

This work has as objective to analyze the evolution of the inequality and of the poverty in Brazil, standing out the differences between the rural and urban domiciles, in the period 1981-2005. Some measures of inequality and poverty are presented, considering the familiar income as much as the per capita familiar income. The results of the work confirm a reduction of the inequality and of the poverty in recent period, from 2001, in the rural and urban domiciles. However, some measures suggest that such change was less intense in the urban domiciles. Consequently, the differential of the measures of inequality between the urban domiciles and rural grows and of the measures of poverty diminishes, since, historically, the measures of inequality are smaller in the rural environment, and the measures of poverty are bigger.

KEY WORDS:

Inequality of Income. Poverty. Brazil.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. B.; ANDRADE, S. C.; PERRELLI, R. A. A eficiência do plano nacional de qualificação profissional como instrumento de combate à pobreza no Brasil: os casos de Pernambuco e Mato Grosso. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 639-684.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. V. 2. p. 41-86.

BARROS, R. P et al. **Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 32 p. (Texto para Discussão, n. 1.201).

_____. Impactos da distribuição da terra sobre a eficiência agrícola e a pobreza no Nordeste. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 639-684.

_____. A importância da queda recente da desigualdade para a pobreza. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. V. 2. p. 331-353.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-47.

BHALLA, S. **Imagine there's no country: poverty, inequality and growth in the era of globalization**. Washington, DC: Institute for International Economics, 2002.

BRANDÃO, A. S. P.; RESENDE, G. C.; MARQUES, R. W. C. **Crescimento agrícola no período 1999-**

2004: explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para Discussão, n. 1103).

CEPAL. **Panorama social de América Latina.** Santiago, 2005.

CHAHAD, J. P. Z. O seguro-desemprego no contexto do sistema público de emprego e o seu papel no combate à pobreza no caso brasileiro. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 561-588.

CHEN, S.; RAVALLION, M. How did the world's poorest fare in the 1990s?. **Review of Income and Wealth**, v. 47, n. 3, p. 283-300, 2001.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JUNIOR, J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil:** a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23 p. (Texto para Discussão, n. 688).

DOLLAR, D.; KRAAY, A. Growth is good for the poor. **Journal of Economic Growth**, v. 7, n. 3, p. 195-225, 2002.

FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 131-158.

FERREIRA, F. H. G.; LITCHFIELD, J. A. Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil: 1981/95. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 49-80.

FERREIRA, F. H. G.; PERRY, G.; WATSON, M. Introdução. In: FERRANTI, D. et al. (Org.). **Desigualdade na América Latina e no Caribe:** rompendo com a história?. Cidade do México: Banco Mundial, 2003. p. 6-44. Edição da conferência.

HELFAND, S. M. Changes in Brazilian rural poverty and inequality from 1991 to 2000: the role of migration. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE

BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, 2005.

HOFFMANN, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-99.** Piracicaba, 2000. 24 p. Mimeografado.

_____. **Distribuição de renda:** medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Queda recente da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente muito ricos em 2005. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: IPEA, 2007a. V. 1. p. 93-105.

_____. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões entre 1997 e 2005. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: IPEA, 2007b. V. 2. p. 17-40.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, maio/ago. 2004.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. Tendências de coorte nos diferenciais de rendimentos por sexo. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 251-270.

MANDER, J.; BAKER, D.; KORTEN, D. Does globalization help the poor?. **International Forum on Globalization Bulletin**, v. 1, n. 3, p. 6, 2001.

NEDER, H. D.; SILVA, J. L. M. Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro, 2003.

PNUD. **Informe sobre desarrollo humano 2005.** New York, 2005.

RAVALLION, M. The debate on globalization, poverty and inequality: why measurement matters. **International Affairs**, v. 79, n. 4, p. 739-753, 2003.

RIOS-NETO, E. L. G.; OLIVEIRA, A. M. Políticas voltadas para a pobreza: o caso da formação profissional. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 589-614.

ROCHA, S. **Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil**. Rio de Janeiro: IETS, 2006. Disponível em: <<http://www.iets.inf.br>>. Acesso em: fev. 2006.

_____. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 720).

SALA-I-MARTIN, X. The world distribution of income: falling poverty and ... convergence, period. **The Quarterly Journal of Economic**, v. 121, n. 2, p. 351-397, May 2006.

SOARES, F. V. et al. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. V. 1. p. 87-130.

SOARES, S. S. D. Distribuição de renda entre 1976 a 2004 com ênfase no período 2001 a 2004. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n. 1166).

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINO, C. S. Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. V. 1. p. 423-442.

Recebido para publicação em: 31.08.2007